



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS**

|                              |   |
|------------------------------|---|
| <b>Processo TC</b>           | 6838/989/16                             |
| <b>Poder</b>                 | EXECUTIVO                               |
| <b>Município</b>             | Lorena                                  |
| <b>Entidade</b>              | PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA          |
| <b>Período</b>               | 10/2017                                 |
| <b>Relator</b>               | Dr. Robson Marinho                      |
| <b>Unidade Fiscalizadora</b> | UR-14 UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETA |
| <b>Responsável</b>           | FABIO MARCONDES                         |
| <b>Cargo</b>                 | PREFEITO                                |
| <b>CPF</b>                   | 019.105.098-92                          |
| <b>Período de Gestão</b>     | 01/01/2013 a 31/12/2020                 |

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos exigidos foram entregues intempestivamente.

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO**

Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta

estabelecida.

### **3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO**

#### **3.1 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB**

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração: 20/02/2018**

**Hora da Geração: 22:30:01**